

## Wilder escolhe a mídia para enfrentar a campanha de rua

Estratégia do candidato do PL para a reta final deixa mobilização de rua em segundo plano e concentra esforços em comunicação e redes sociais.

Página 3



## Goiás terá 58 cadeiras em disputa para deputado e seis escolhas na urna

No dia 4 de outubro, goianos escolherão 17 deputados federais e 41 estaduais, além de dois senadores, governador e presidente; entenda o que faz cada cargo e como funciona a votação.

Página 6

## Goiás em crise: é hora de a oposição aparecer?

Às vésperas das eleições, pressão cresce por mudança no comando, abertura do colégio eleitoral e novos projetos para o clube.

Página 12

# TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.863 • R\$ 2  
Goiânia, de 20 a 26 de setembro de 2026

40 ANOS  
Informação  
que conecta  
gerações

### Entrevista

#### Mário Rodrigues Neto

Diretor da GRUPOM Consultoria Empresarial



## "Eleitor silencioso pode esconder uma parte da fotografia eleitoral em Goiás"

A duas semanas da eleição, a disputa pelo governo de Goiás ainda tem uma parcela expressiva do eleitorado distante do processo. Para o diretor da Grupom, o aumento da recusa em participar das pesquisas abre uma questão ainda sem resposta: quem são e como vão votar esses eleitores que permanecem silenciosos?

Páginas 4 e 5

## Direita dividida confunde eleitor em Goiás

Daniel Vilela busca herdar a aprovação e a estrutura política de Ronaldo Caiado. Wilder Moraes busca reunir no PL o eleitor bolsonarista, e Marconi Perillo procura recuperar uma direita de perfil administrativo, ligada ao agronegócio.

Página 7

## Sandro Mabel cria nova rede de proteção social em Goiânia

Programa amplia rede de benefícios e prevê auxílio-natalidade, funeral, aluguel social e cartão para itens essenciais.

Página 10



## Daniel Vilela lidera com 43,9% e tem 26 pontos de vantagem sobre segundo colocado

Levantamento do Goiás Pesquisas mostra que governador chega a 50,6% dos votos válidos e mantém crescimento na comparação com a rodada divulgada em 8 de setembro.

Página 9

## O peso da máquina

Daniel Vilela conta com o apoio declarado de 227 dos 246 prefeitos de Goiás, mais de 92% do total. Reúne 12 partidos e os prefeitos das dez maiores cidades.

Página 8



Foto: André Saddi

## ESCOLA

### Escolas militares dividem candidatos ao governo de Goiás

Candidatos ao Governo de Goiás divergem sobre expansão e gestão de uma rede que já reúne 82 colégios e mais de 75 mil estudantes.

Página 11

## Editorial

### A insegurança que chega às urnas

A crise que se instalou no Supremo Tribunal Federal (STF) ultrapassou os limites da Corte e produz um efeito que deveria preocupar toda a sociedade: a insegurança sobre a capacidade das instituições de arbitrar conflitos com serenidade, imparcialidade e respeito às regras. A pouco mais de duas semanas das eleições nacionais, o cenário não poderia ser mais inoportuno.

A sessão que deveria examinar a possibilidade de investigação sobre a relação do ministro Alexandre de Moraes com o banqueiro Daniel Vercaro terminou sem que o plenário chegasse ao mérito. Em seu lugar, prevaleceram bate-bocas, acusações entre ministros e uma disputa sobre os próprios procedimentos do julgamento. O pedido de vista de Flávio Dino ampliou a indefinição.

Não se trata de exigir que o Supremo seja imune a divergências. O debate jurídico é parte essencial de uma Corte constitucional. O problema surge quando essas divergências se transformam em confrontos públicos, comprometendo a confiança na instituição e alimentando a percepção de que interesses políticos podem se sobrepor à aplicação objetiva da lei.

Os reflexos sobre a eleição são difíceis de dimensionar, mas o risco é evidente. Uma disputa já marcada pela polarização pode ser ainda mais contaminada pela desconfiança nas instituições. Decisões judiciais e investigações envolvendo candidatos ou grupos políticos poderão ser interpretadas menos pelo conteúdo e mais pela suspeita sobre quem as tomou. O ambiente se torna fértil para ataques, versões e descrédito.

A democracia depende de eleições livres, mas também de instituições capazes de assegurar que as regras sejam aplicadas de maneira previsível. O eleitor precisa confiar que o resultado das urnas será respeitado e que eventuais conflitos serão resolvidos dentro dos limites da Constituição. O Supremo tem o dever de reconstruir essa confiança.

A proximidade das eleições torna essa responsabilidade ainda maior. O país precisa de um Supremo capaz de investigar e julgar suspeitas com independência. A resposta à crise não pode ser a indefinição permanente. É preciso restabelecer a segurança jurídica antes que a insegurança institucional alcance, de forma ainda mais profunda, o processo eleitoral.

## Artigo

### Coronel Antônio Marmo, um visionário que acreditava nas pessoas

Quem teve a oportunidade de conviver com o Coronel Antônio Marmo reconhece uma característica que dizia muito sobre o homem e o profissional que ele foi: a capacidade de enxergar pessoas. Não apenas pelo que eram, mas pelo que poderiam se tornar.

A história da segurança pública em Goiás foi construída por muitas mãos, e entre elas está a de Antônio Marmo. Sua trajetória se confunde com momentos importantes da transformação do policiamento ostensivo no Estado. Visionário, esteve à frente da criação da ROTAM, iniciativa que ajudou a estabelecer um novo padrão de policiamento especializado e que permanece como referência.

Marmo tinha um olhar atento para o futuro e para as pessoas. Na instituição, identificava necessidades. Nos outros, reconhecia talentos, vocações e potencialidades. E fazia questão de incentivá-los.

Minha própria história na Polícia Militar começou com um desses encontros. Aos 17 anos, eu cursava Engenharia Elétrica na UFG quando conheci o então Major Marmo em um curso de paraquedismo promovido pelo Clube dos Oficiais da Polícia Militar. Eu

era civil e não imaginava que aquela experiência mudaria o rumo da minha vida.

Marmo era instrutor do curso. Ao final, fui a primeira colocada. Ele percebeu em mim uma possibilidade que eu ainda não havia considerado: talvez houvesse um lugar para mim na Polícia Militar.

Anos depois, em 1993, ele voltou a aparecer em minha história. Eu já era mãe e buscava estabilidade para minha família quando começaram as inscrições para o concurso de soldado feminino. Sua filha, Antonamara, também faria a prova. Marmo foi até minha casa e insistiu para que eu me inscrevesse.

Não era apenas uma informação. Era a atitude de quem acreditava. Eu fui. Minha inscrição recebeu o número oito. Depois vieram as provas, o esforço e a aprovação.

O restante pertence à minha caminhada. Mas, no início dela, existe a marca de um homem que acreditou antes.

Quando penso em Antônio Marmo, penso no militar que ajudou a transformar a segurança pública de Goiás, no profissional dedicado à Polícia Militar e no visionário que reconhecia a importância de desenvolver talentos. Pen-

so também no pai. Seus três filhos seguiram carreira na Polícia Militar de Goiás, dando continuidade aos valores de disciplina, compromisso, serviço e amor pela farda. Seu legado permanece na instituição, nas pessoas que inspirou e nas histórias que ajudou a transformar. Foi comandante, referência, amigo e mentor.

Hoje, 12 de setembro, data em que completaria 82 anos, a saudade aperta ainda mais. Desde sua partida, em 24 de julho de 2026, ficou a ausência do grande mestre, do amigo e do homem que marcou profundamente a vida de tantos.

Eu guardarei para sempre a lembrança de quem acreditou em mim antes que eu pudesse compreender a dimensão do caminho que tinha pela frente. Ao Coronel Antônio Marmo, meu respeito, minha gratidão e minha eterna continência.



**Coronel Cláudia Lira,**  
vice-prefeita de Goiânia

## Artigo

### Educação em Tempo Integral pode ser resposta ao excesso de telas

A presença das telas na infância deixou de ser uma preocupação restrita às famílias e passou a representar também um desafio para a educação. Celulares, tablets, videogames e plataformas digitais ocupam uma parcela crescente do tempo de crianças e adolescentes, muitas vezes substituindo experiências importantes para o desenvolvimento, como brincar, praticar esportes, ler, criar e conviver com outras crianças.

A tecnologia continuará fazendo parte da vida e da própria escola. A questão está no equilíbrio e, principalmente, nas alternativas que oferecemos às crianças. É relativamente simples recomendar aos pais que reduzam o tempo

de celular. Muito mais difícil é garantir que, fora das telas, seus filhos encontrem ambientes seguros e interessantes para ocupar esse tempo.

É nesse ponto que a Educação em Tempo Integral assume uma função que vai além da ampliação da jornada escolar. Quando bem estruturada, ela permite que a criança tenha acesso a esporte, música, dança, teatro, leitura, atividades culturais, acompanhamento pedagógico e experiências de convivência que dificilmente seriam substituídas pelo ambiente digital.

Essa possibilidade ganha ainda mais importância quando observamos as desigualdades entre as famílias. Crianças

de maior renda frequentemente têm acesso, depois da escola, a inglês, esportes, música, reforço escolar e outras atividades contratadas pelos pais. Para uma parcela das crianças mais pobres, essas alternativas simplesmente não existem.

Por isso, a Educação em Tempo Integral também pode funcionar como uma política de proteção e de redução das desigualdades. Ao incorporar diferentes experiências à escola pública, o poder público amplia o repertório e as oportunidades de crianças que dificilmente teriam acesso a elas fora do ambiente escolar. Em territórios socialmente mais vulneráveis, essa jornada também representa um período maior em um espaço

seguro, com alimentação, acompanhamento de profissionais e atividades planejadas.

Isso exige, porém, compreender que permanecer mais tempo na escola não significa necessariamente receber Educação Integral. Reproduzir durante oito ou nove horas as mesmas práticas do turno convencional apenas aumenta o tempo de permanência do estudante. Uma política de qualidade exige planejamento pedagógico, profissionais preparados, infraestrutura, alimentação, esporte, cultura e uma proposta que dê sentido à jornada ampliada.

O enfrentamento ao excesso de telas não será feito simplesmente retirando o ce-

lular das mãos das crianças. Precisamos garantir que existam experiências capazes de ocupar esse espaço. Ao ampliar o acesso ao conhecimento, à cultura, ao esporte e à convivência, a Educação em Tempo Integral pode ajudar a proteger a infância e, ao mesmo tempo, democratizar oportunidades que ainda são profundamente desiguais no Brasil.



**Manoel Barbosa,** é Mestre em Educação pela PUC Goiás, especialista em gestão e financiamento da educação e diretor da Idea Educação



**Fundador e Diretor-Presidente**  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

**Diretor de Produção**  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

**Editores**  
Andréia Bahia  
abahiagn@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

**Departamento Comercial**  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
**nossas redes sociais**

f Tribunadoplanalto  
@Tribunaplanalto

**Endereço e telefone:**  
Av. Anhangüera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11  
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010  
Fone: (62) 3434-1516



**Tribuna** Política

Domingos Ketelbey  
dksilveira@gmail.com

Blindagem eleitoral

A partir deste sábado (19), candidatos registrados não podem ser presos ou detidos, salvo em flagrante. A regra vale até 48 horas depois da votação. A reta final começa, também, com escudo jurídico previsto no calendário eleitoral.

Urna fechada

O TRE-GO fechou o sistema com 858 candidaturas aptas em Goiás. A campanha entrou na fase em que a lista da urna vale mais que promessa de partido. Quem ficou fora já não volta mais pelo grito.

47 fora

Foram 47 candidaturas inaptas no Estado. A maioria das baixas está na disputa proporcional. Para eleitor comum, parece detalhe de sistema. Para partido, é candidato a menos pedindo voto, e quociente eleitoral comprometido.

Alego lotada

A disputa pela Assembleia terá 561 candidatos para 41 vagas. A conta dá 13,6 nomes por cadeira. Na prática, a renovação terá de passar por cima de mandato, base municipal, prefeito e dinheiro de campanha.

Federal apertada

A Câmara dos Deputados terá 252 candidatos em Goiás para 17 vagas. A disputa federal virou um funil: muita celebridade local, muito ex-prefeito, muito vereador e pouca cadeira para acomodar tanta ambição.

Canedo em dose dupla

A eleição voltou a colocar Fernando Pellozo e Vanderlan Cardoso lado a lado. Os dois são os únicos prefeitos reeleitos nos 37 anos de Senador Canedo. Vanderlan deixou o segundo mandato em 2010 para buscar projeção estadual. Pellozo ficará até o fim.

Daniel no município

Pellozo e Vanderlan recebem Daniel Vilela na quinta-feira (24), às 17h, para o principal ato da campanha em Senador Canedo. O evento será após o expediente da Prefeitura e reunirá lideranças municipais da base.

Chapa local

Além de Daniel e Vanderlan, o grupo de Pellozo trabalha por Adriano do Baldy, candidato à reeleição para a Câmara Federal, e Misael Oliveira, que tenta voltar à Assembleia Legislativa.

Misael de volta

Misael Oliveira já foi vereador em Goiânia, deputado estadual e prefeito de Senador Canedo. Na Alego, deu suporte ao mandato de Vanderlan no fim dos anos 2000. Agora tenta retornar à Assembleia pelo Novo.

Marconi com Divino

Também em Senador Canedo, Marconi Perillo busca voto ao lado do ex-prefeito Divino Lemes. A agenda tucana prevê carreata na segunda-feira (21), em mais um movimento para disputar espaço em território governista.



## Tic-tac para o fim

A exatamente duas semanas do primeiro turno da eleição, a campanha ao Governo de Goiás entra na fase em que discurso bonito começa a valer menos que escolha estratégica. Não há mais tempo para testar personagem, trocar pauta ou explicar demais. A partir de agora, cada candidatura precisa apostar no que acredita ser seu caminho mais curto até a urna.

A própria oposição reconhece que o governador Daniel Vilela (MDB) joga com a vantagem. A missão do emedebista é evitar erro, manter a base mobilizada, preservar a imagem de continuidade e impedir que a oposição transforme a reta final em plebiscito sobre problemas específicos do governo. Quem lidera costuma preferir campanha controlada. O risco é parecer acomodado antes do voto.

Na campanha governista, a reta final será marcada por corpo a corpo, carreatas e caminhadas. Um integrante da equipe diz que a última semana terá ações concentradas na Região Metropolitana. “É o corpo a corpo mesmo. Então, intensificar isso e manter o ritmo que a gente já está tendo nas redes sociais”, afirma. A campanha também mira os debates dos dias 24 e 29.

Wilder Moraes aposta em outra lógica. Estrategista da campanha do senador, Marcelo Vitorino diz que a prioridade da reta final será fortemente focada na mídia e redes sociais, não na rua. O argumento é direto: contra a máquina, tentar disputar volume de rua seria jogar no campo em que o adversário é mais forte. “É uma bobagem você tentar disputar com a máquina no campo que ela domina. Você tem que disputar nos outros lugares. É na mídia mesmo”, afirmou Vitorino a este colunista.

A leitura ajuda a explicar a campanha do PL. Wilder não tem a capilaridade governista, nem o mesmo tempo de televisão, nem a mesma rede de prefeitos. Por isso, a estratégia passa por comunicação digital, peças de contraste e tentativa de fixar uma identidade ideológica mais clara.

Na avaliação de Vitorino, a reta final servirá para marcar posições. O eleitor, segundo ele, já começou a olhar para Wilder, mas ainda precisa reconhecer melhor “o que ele é contra e o que ele é a favor”. A campanha quer apresentar o senador como “resolvedor” e como representante legítimo da direita em Goiás.

É o caminho mais previsível e também o mais arriscado. Ao se afirmar como a candidatura de direita, Wilder tenta consolidar o campo bolsonarista e reduzir espaço de Marconi Perillo como alternativa de oposição. Mas também estreita a margem para buscar voto em campos mais moderados.

Vitorino também descarta qualquer aceno à esquerda em eventual segundo turno. Diz que Wilder não pretende “perverter ideais” para vencer eleição e afirma que Goiás pode ser vencido com direita e centro-direita. A aposta é que o eleitor conservador seja suficiente para sustentar a candidatura, especialmente no agro, no Entorno, em Goiânia e no Sudoeste. Exatamente por esses ingredientes, ele rejeita teses de um repeteco de 2024, quando Fred Rodrigues foi derrotado por Sandro Mabel no segundo turno da eleição, quando o empresário foi eleito com apoio massivo de votos petistas.

Luis Cesar Bueno corre em uma pista própria. Coordenador de marketing da campanha petista, o jornalista Cláudio Curado diz que a reta final terá redirecionamento dos poucos recursos para o digital. De acordo com ele, Luis Cesar também decidiu socorrer candidatos que não receberam recursos do PT, com material bancado pela própria campanha.

Curado afirma que a campanha manterá foco em propostas e aposta no nome de Lula para tentar crescer. “A gente está bem no Entorno e espera uma arrancada agora com o nome do Lula para buscar ir para o segundo turno”, diz. A estratégia mostra o tamanho do desafio: transformar Lula em presença eleitoral concreta sem depender apenas da militância.

Marconi entra nessa reta final com outro problema. Precisa provar que ainda é capaz de converter lembrança em voto novo. O tucano tem recall, conhece o Estado e tenta se apresentar como opção a Daniel. Mas disputa, ao mesmo tempo, com Wilder o lugar de principal adversário do governador.

Esquerdovan

Cresce um movimento no eleitor que se considera de esquerda moderada para descarregar votos no candidato ao Senado Vanderlan Cardoso (PSD). São intensos os debates em grupos de WhatsApp. O intuito seria evitar uma possível eleição do liberal Gustavo Gayer. A pauta radical do gajo bolsonarista, um candidato anti-sistema, aterroriza os progressistas.

Sabatina OAB

Candidatos a governador serão sabatinados na OAB-GO nesta semana. Os advogados querem conhecer as propostas dos candidatos sobre temas como prerrogativas, dativos e RPVs. Começa com Marconi Perillo e Wilder Moraes na quarta-feira. Daniel Vilela vai na quinta e Luis Cesar Bueno na sexta.

Precatórios

A OAB-GO pretende lançar uma proposta e questionar os governadoriáveis a respeito. Trata-se da utilização de precatórios em compensações tributárias. Uma espécie de encontro de contas.

Trivela

Uma empresa de Rio Verde está produzindo um material de campanha inusitado. São ténis personalizados com os rostos e números de candidatos. Paulo e Lucas do Vale aderiram à novidade. Os exemplares precisam ser adquiridos pelos interessados já que a legislação eleitoral veda a distribuição de mimos aos eleitores.

Processando...

A militância emedebista não perdoou e compartilhou à exaustão um vídeo em que Wilder Moraes fica por intermináveis 10 segundos procurando constrangidamente palavras para responder a uma pergunta feita na sabatina da TV Anhanguera. Ao fim, o vídeo mostra o marqueteiro Marcelo Vitorino confirmando em entrevista que Wilder “não é uma pessoa versada pra fala”.

Entre os 4

O governador e candidato à reeleição, Daniel Vilela (MDB), vê o vereador e candidato à deputado estadual Lucas Kitão entre os favoritos da chapa do Mobiliza para Alego. Discurso foi feito pelo emedebista durante “Grande Evento” realizado pelo vereador, em Goiânia. Daniel vê o partido com condições de fazer entre 3 e 4 cadeiras na Alego.

## Entrevista

Mário Rodrigues Neto

Diretor da GRUPOM Consultoria Empresarial



# "A eleição pode estar mais indefinida do que as pesquisas mostram"

Diretor da Grupom, Mário Rodrigues Neto aponta aumento da recusa em responder a pesquisas, campanhas tardias e distanciamento do eleitor; segundo ele, metade dos goianos ainda não consegue indicar espontaneamente um nome para o governo

**A**duas semanas da eleição, a disputa pelo governo de Goiás ainda tem uma parcela expressiva do eleitorado distante do processo. Em entrevista à Tribuna do Planalto, o diretor da Grupom Consultoria Empresarial, Mário Rodrigues Neto, analisa o comportamento do eleitor, os limites das pesquisas e os fatores que podem alterar a fotografia eleitoral na reta final. Para ele, o aumento da recusa em participar das pesquisas abre uma questão ainda sem resposta: quem são e como vão votar esses eleitores que permanecem silenciosos?

» Andréia Bahia

## Como o senhor analisa as campanhas dos candidatos ao governo de Goiás?

De maneira geral, a percepção é que as campanhas começaram muito tarde, exceto pelo movimento do próprio Daniel Vilela, todos os outros candidatos deixaram para ir a campo muito tarde. E isso gera um problema para eles mesmos, porque existe um problema de narrativa, fazer com que o eleitor se convença de que voto ele tem que dar, em um espaço de tempo muito curto. Hoje, especificamente hoje, nós estamos a 18 dias da eleição. E quando você olha para os resultados das pesquisas que foram divulgadas, em alguns estudos, nós temos pelo menos 50% dos eleitores no voto espontâneo para governador que não sabem quem são os nomes, não conseguem indicar um nome. Isso é um indicador importante do distanciamento da população em relação ao processo eleitoral, e que eles vão ter que tomar uma decisão de última hora.

## Esse quadro beneficia quem?

Isso beneficia quem já está com cargo. Quem tem mandato já tem um nível de exposição maior, tem um processo de comunicação maior com a população, e, no limite, se a pessoa não tiver cometido nenhum tipo de deslize no meio do processo, vai ser o mais lembrado. A população vai tender a seguir com quem já tem cargo.

**Exceto Luis Cesar Bueno, que teve a candidatura definida mais tardiamente, os outros candidatos, Marco ni Perillo, Wilder Moraes, já estavam definidos. Por que**

## eles atrasaram tanto o início da campanha?

Eu tenho uma hipótese, que muito do trabalho foi deixado para ser começado a partir do momento que tivessem acesso ao fundo eleitoral. Mas isso é só uma especulação da minha parte. Porque, do ponto de vista prático e de construção de processo de campanha, eles precisariam ter começado antes.

## Em tese, Wilder Moraes, do PL, teria muito recurso para campanha. O PL foi o partido que mais recebeu recursos do fundo eleitoral. Pode não ter chegado a Goiás?

Aparentemente, esses recursos podem estar chegando, mas a aplicação destes não se torna evidente nas ruas. Como empresa de pesquisa, eu observo muito mais o comportamento e a percepção do eleitor. O que acontece? Esse movimento de campanha, esse resultado de um maior investimento em mídia, em material de campanha, em bandeiras, em cabos eleitorais só começou a aparecer depois do dia 9, 10 de setembro. Isso foi muito tardio. Se esse volume de recursos que o PL tem chegou na mão dos candidatos aqui de Goiás, ele ainda não está se fazendo notar pela população, apesar de a gente já perceber um aumento de material na rua e no meio digital.

## A mudança no modelo de campanha, que proibiu diversos formatos de comunicação, pode ter alguma implicação nessa baixa percepção ou definição dos eleitores?

Eu acredito que sim, porque temos algumas questões importantes. Primeiro, a campanha em si está se tornando, a cada eleição, mais curta. A gente saiu de campanhas de

três meses para campanhas de 45 dias. O tempo de exposição que isso está na mídia, que a discussão política vem à tona do ponto de vista de eleição, tem sido reduzido no tempo.

O formato da eleição, o processo de comunicação, aquilo que é permitido acontecer, também impacta no comportamento do eleitor, porque é mais difícil ao eleitor perceber que ele está no momento eleitoral. O pessoal que é da área de política, que está envolvido, eu chamo de a bolha da eleição, são pessoas que estão imbuídas de todo o movimento e acham que a coisa está muito quente. Mas quando você conversa diretamente com o eleitor, com as nossas pesquisas, nós descobrimos que eles estão completamente alheios. Existem eleitores que mal sabem dizer quem é o governador de Goiás hoje, quanto mais que ele está indo à reeleição. Na minha percepção, essa mudança do processo de comunicação na eleição, essa restrição dos canais, dos meios de fazer parecer que existe uma campanha acontecendo, tem contribuído, sim, com o distanciamento e uma certa apatia do eleitor.

## O senhor afirma que a eleição pode estar mais indefinida do que as pesquisas sugerem. O que exatamente os números podem estar deixando de enxergar?

Existe uma dificuldade, não é só de agora, mas existe uma ampliação dessa dificuldade nesta eleição. Toda e qualquer pesquisa de opinião, o entrevistado não é obrigado a responder à pesquisa. Quando o entrevistado, independente do meio, se a pesquisa está sendo feita pela internet, por telefone ou presencialmente, quando esse entrevistado, a pessoa que vai responder

a pesquisa, é contatada, ela pode escolher responder à pesquisa ou não. O que a gente tem percebido é que a quantidade de pessoas que se negam a participar de uma pesquisa de opinião, neste ano, está muito maior do que a gente observou em anos anteriores. A questão da indefinição do quadro eleitoral parte da seguinte hipótese: será que nós temos uma quantidade significativa de eleitores que pertencem a estratos específicos, que nós não conseguimos ouvir a opinião deles? Se isso é verdade, eu posso ter um movimento que as pesquisas não conseguem captar. Qual é o tamanho disso? Não sei, porque a gente não tem informação de quem não responde. A gente só tem informação de quem se dispõe a responder à pesquisa.

## Isso é uma coisa excepcional ou é uma tendência que está se consolidando?



**A gente não tem informação de quem não responde. A gente só tem informação de quem se dispõe a responder à pesquisa.**

Essa situação de recusa em relação à participação da pesquisa, em relação à participação do processo eleitoral, começou de forma mais forte na eleição de 2022 e tem se consolidado como uma regra. Existem públicos que têm demonstrado o comportamento de evitar dar a sua opinião em pesquisa. Por exemplo, nós temos uma dificuldade muito grande de espontaneamente trazer as mulheres para uma discussão política. Eu tenho que fazer um esforço muito grande para que as mulheres respondam às pesquisas. A amostragem está correta, só que, como tem muitas negativas de mulheres para participar da pesquisa, eu posso não estar entendendo tudo que as mulheres estão pensando. Não é um raciocínio muito fácil, e ele não gera uma dúvida em relação às pesquisas em si, mas ele pode abrir uma janela para explicar o que pode acontecer em termos de surpresa na eleição.

## Como pretendem votar os eleitores cuja opinião nunca foi captada? Há alguma maneira científica de estimar esse comportamento? Como que eles podem vir a votar, sendo que na pesquisa eles não aparecem?

De forma científica e a priori, nós não temos uma forma de fazer isso. O que vai acontecer é observar a diferença entre o resultado das pesquisas ou da tendência mostrada pelas pesquisas de opinião e o resultado da eleição. Se essa diferença for significativa, havia alguma coisa que as pesquisas não conseguiram captar. Se ela não for significativa, quer dizer que aquelas pessoas que não foram capturadas, não conseguiram se expressar através da pesquisa de opinião, no momento final, ou

seja, na véspera da eleição, decidiram acompanhar a maioria.

**Mas se a diferença for significativa, a interpretação que se faz é que a pesquisa errou, e não que ela não conseguiu captar em razão de uma recusa de participação.**

Essa é uma pergunta que traz um viés que é o seguinte: o que seria uma pesquisa que acerta? Se a gente imaginar que a pesquisa que acerta, isso é muito de comunicação e marketing de empresa de pesquisa, que a pesquisa que acerta, aquele instituto, aquela empresa que é boa, é aquela que acerta o resultado da eleição, você tem uma maneira de fazer a interpretação. Só que, no caso, quando você tem uma população que é reticente em participar do processo da pesquisa de opinião, a pesquisa que acerta é aquela que melhor reflete a realidade daquele grupo. Não faz muito sentido a gente discutir sobre pesquisas que acertam ou que erram. Até faria sentido se a gente observar numa outra condição que tem muito mais a ver com a característica das pesquisas que são registradas do que, de fato, com o resultado da eleição. Se a gente chegar no dia da eleição e o resultado das urnas não for exatamente aquele previsto pelas pesquisas, a gente tem que olhar isso como ciência. Se as pesquisas foram, de fato, bem feitas, bem elaboradas e elas não conseguiram captar isso, quer dizer que alguma coisa no método não foi suficiente para capturar a totalidade da complexidade da população.

**Essa recusa de participar da eleição pode significar também a recusa de participar do processo eleitoral?**

Normalmente, está ligado. E a gente não sabe, a priori, se esse resultado vai impactar. Nós vamos descobrir isso pela evolução das abstenções na eleição. Se percebermos que a abstenção aumentou ou segue uma tendência de crescimento, a gente vai ter, de fato, um indicador de que a negação em relação à participação nas pesquisas de opinião, também tem relação com a participação no pleito. O professor Felipe Nunes fala que no Brasil a gente não tem voto obrigatório porque o custo de não votar é muito baixo. Mas a gente só consegue verificar isso, de fato, se, e somente se, a gente perceber um aumento significativo na abstenção no processo eleitoral.

**A que a gente pode atribuir essa recusa? À desconfiança com pesquisa, à desconfiança com as instituições, partidos ou com o próprio processo eleitoral?**

Essa seria uma pergunta que depende de diversas frentes de resposta. Primeiro, houve um movimento em 2022

de desqualificação das pesquisas, pessoas que diziam que as pesquisas são falsas, que as pesquisas são manipuladas, e isso aumentou a desconfiança que as pessoas têm em relação às pesquisas propriamente ditas. O movimento geral da política nacional, da maneira como as coisas são construídas, tem levado a população a sempre se perguntar: “Mas qual é o valor do meu voto, se, independente de quem eu estou votando, está todo mundo enrolado com algum processo de corrupção ou alguma coisa dessa forma?” Aumenta a apatia, ou seja, esse volume de escândalos que acontecem na política nacional afasta o eleitor, o interesse da população em participar do processo eleitoral. E esse afastamento do processo eleitoral também implica no afastamento em responder às pesquisas de opinião. E, por fim, a própria característica do conjunto de eleições presidenciais, a partir de 22 e agora em 26, quando temos uma campanha curta e dois grandes candidatos que se revezam entre primeiro e segundo lugar, dependendo do estudo, mas que, de fato, não conseguem encantar a população como um todo. Eles sempre estão conversando com os seus eleitores. Aquele que está indeciso, que está procurando escolher o candidato, ele tem uma dificuldade de refletir de forma mais racional sobre em quem ele vai votar. Como aumenta a confusão, tem aumentado a apatia e diminui a participação popular.

**Há mais eleitores silenciosos ou mais eleitores indecisos?**

Essa é uma pergunta que a gente não tem dados de pesquisa para responder. Infelizmente, eu adoraria ter esse número na mão, mas isso não é algo simples de se ter. Estima-se que a quantidade de eleitores silenciosos seja uma parcela significativa da população, mas a dimensão disso é imponderável. A gente não consegue determinar, eu não consigo estimar isso, a gente não tem uma estimativa relacionada a isso que seja minimamente confiável.

**Já houve experiências anteriores em que a taxa de recusa tenha produzido distorções relevantes no resultado da pesquisa relacionada ao resultado da eleição?**

Essa é uma situação que, para o Brasil, é algo novo. A gente está vivendo uma condição que é nova do ponto de vista de evento e mudança do comportamento do eleitor. Nós não temos ainda história que nos conte como é que isso funcionou em outros momentos. Quando a gente olha para o passado, estamos falando de um processo eleitoral maior, com um modelo de comunicação diferente e principalmente com uma certa homogeneização do

processo informacional do eleitor. Hoje, isso está muito mais fluido. E é exatamente por isso que a gente não consegue saber, não consegue dimensionar o que é que está acontecendo em relação àqueles que decidem não participar do processo.

**Em relação à disputa ao governo de Goiás. O eleitor já está com a sua decisão consolidada aqui ou ainda existe um espaço significativo para a mudança?**

Se a gente observa o resultado das pesquisas que foram divulgadas, espontaneamente, nós temos que só a metade da população já tem uma definição. Quando a gente olha para o resultado dos dados estimulados, isso implica que esse eleitor tomou uma decisão no momento da pesquisa com a informação que ele tinha na cabeça e os números que ele tinha no disco para poder escolher. Todos esses eleitores que não estavam definidos a priori em relação ao seu voto, têm uma possibilidade, sim, de mudança. É uma possibilidade que ela é maior ou menor, dependendo da situação, mas não é um voto certo, não é um voto fixo, não é o camarada que vai votar com certeza em quem ele indicou naquele momento.

**E quais seriam as variáveis que poderiam alterar essa fotografia eleitoral feita pelas pesquisas?**

Nós temos duas coisas que são importantes. Campanha, ou seja, se tem uma campanha que consegue fazer uma conexão com os eleitores melhor do que os concorrentes, isso pode mudar a fotografia eleitoral, o que seria um exercício de construção dessa comunicação com o eleitor agora nessa fase final, o que eu particularmente acho complexo, dado o curto tempo que a gente tem para o pleito. E uma outra situação que pode mudar o quadro seria o famoso fato novo, o imponderável. Aquela coisa que ninguém está esperando e acontece, como aconteceu, por exemplo, a história da facada, a história da Zambelli.

**No momento, correm as campanhas regionais e a campanha nacional. Até que ponto as campanhas nacionais podem ter algum reflexo aqui na campanha estadual?**

A grande expectativa, tanto de Wilder quanto de Luis Cesar Bueno, é que a polarização nacional repercuta dentro do cenário estadual. Essa é a expectativa e a grande esperança dos dois candidatos. Se isso vai acontecer ou não, é algo que, dentro da realidade de Goiás, não é exatamente verificado. O eleitor goiano consegue desassociar, sem grandes dificuldades, a figura do voto para o governador da figura do voto

para o presidente. Tem dados de pesquisa de pessoas que indicam que votaram no Caiado, quando ele se candidatou no segundo mandato, e também eram eleitores do Lula. Isso não é uma questão. Quanto maior essa polarização acontecer, quanto maior for o engajamento da eleição nacional, isso sim pode impactar o dado estadual, mas isso talvez não seja suficiente para gerar uma mudança tão significativa assim.

**Em um eventual segundo turno entre Lula e Flávio, a influência do quadro nacional tende a ser maior em um eventual segundo turno em Goiás?**

Sim, mas depende de quem forem os candidatos em Goiás que forem para o segundo turno. Vamos supor o seguinte: vai Daniel e Marconi. Como nenhum dos dois tem alinhamento com o cenário nacional, pode ser que o impacto seja menor. Daniel e Wilder, como Wilder está alinhado com o cenário nacional, ele vai ter um volume, uma discussão, um engajamento maior, dada essa situação. Um cenário com Luis Cesar Bueno e o Wilder, tem-se uma replicação do cenário nacional. A gente tem que discutir as probabilidades dos cenários. O que é mais provável de acontecer e como é que esse eleitor vai se comportar.

**Em relação à disputa para o Senado, o eleitor consegue separar claramente as duas disputas, para governador e para Senado, ou isso para ele ainda é difícil de compreender?**

Historicamente, o voto para o Senado é um voto de escolha tardia. Isso já dificulta o processo. Os senadores, de uma maneira geral, não estão tão presentes no cotidiano do eleitor, no cotidiano da população, a ponto de eles se tornarem conhecidos ou relevantes. Grosso modo, a pessoa não tem ideia de quem são os senadores e o que eles fazem. Quando a gente olha para essa situação, a campanha para o Senado é uma campanha muito mais difícil, porque os candidatos ao Senado precisam ter uma vinculação razoável com os candidatos ao governo, de forma a aproveitar o esforço e a energia que está acontecendo na campanha destes. Existe sim a confusão, e ainda mais quando existe um desconhecimento muito grande das pessoas em relação ao processo eleitoral como um todo. Tem gente que não sabe quem são os candidatos ao governo do Estado. O que dirá ao Senado?

**Quando a eleição começa a se cristalizar efetivamente e as pessoas começam a definir o voto?**

A gente sabe que a última semana é fundamental. E é interessante porque na última semana as pessoas tendem, elas começam a consolidar o seu

voto e elas tendem a não querer responder aquilo que estão pensando. Isso é um dado.

**Qual o maior erro que jornalistas, candidatos e eleitores cometem ao interpretar uma pesquisa eleitoral?**

O maior erro é acreditar que aqueles percentuais representam a realidade, quando, na verdade, eles carregam em si um percentual calculado de incerteza e, normalmente, essa incerteza não é levada em consideração nas análises. Por exemplo, quando se fala hoje quem está na frente, Lula ou Flávio Bolsonaro, do ponto de vista técnico da estatística, considerando os percentuais quais estão sendo mostrados, não se pode dizer quem está na frente, porque os dois podem, eles entraram dentro de uma área que não tem como saber exatamente quem está na frente. Essa situação, na qual as pessoas acreditam que o percentual da pesquisa é exatamente o retrato da realidade, que é muito derivado de uma falta de conhecimento, tanto de probabilidade quanto de estatística, é que leva você a fazer algumas análises e algumas interpretações equivocadas.

**Há muitas pesquisas com resultados divergentes. Como que o eleitor deve interpretar essa divergência?**

Pensando em leigos, a única sugestão que eu daria é que seja cético. Ele não deve analisar a pesquisa em que seu candidato aparece melhor e acreditar que essa é a verdadeira, porque o candidato dele está na frente. Tem que olhar para o conjunto dos estudos e tentar entender qual é a tendência e qual é o movimento que o conjunto dos estudos publicados estão revelando. Ele não pode se apegar a um único estudo, a uma única empresa, a um único movimento, e sim tentar entender a tendência, para onde estão indo esses números. E aí entra a importância dos jornalistas de fazer essa tradução, de fazer essa avaliação da tendência e não discutir de forma individual cada estudo como se ele fosse único e desassociado à realidade.

**O que uma pesquisa consegue dizer com segurança e o que ela não consegue dizer?**

Uma pesquisa quantitativa consegue dizer com certeza qual é a tendência que um determinado candidato ou uma determinada campanha tem seguido. Tem que se observar a evolução do candidato ao longo de diversas pesquisas. O que ela não diz? O porquê de aquele candidato estar naquele lugar e nem a posição exata e inequívoca do candidato em relação à competição. Nenhuma pesquisa consegue afirmar isso com 100% de certeza.

# Goiás terá 58 cadeiras em disputa para deputado e seis escolhas na urna

No dia 4 de outubro, goianos escolherão 17 deputados federais e 41 estaduais, além de dois senadores, governador e presidente; entenda o que faz cada cargo e como funciona a votação

» Carla Borges

O eleitor de Goiás terá uma tarefa extensa nas eleições gerais deste ano. No dia 4 de outubro, serão seis escolhas na urna eletrônica, que definirão, entre outros, as 58 cadeiras destinadas à representação do Estado na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Serão eleitos 17 deputados federais e 41 deputados estaduais. Além deles, o eleitor escolherá dois senadores, governador e vice-governador e presidente da República.

Os deputados federais representarão o Estado na Câmara dos Deputados, em Brasília. Entre suas atribuições, estão propor e votar leis de in-

teresse nacional, participar da discussão e aprovação do Orçamento da União e fiscalizar os atos do governo federal.

Os deputados estaduais, por sua vez, atuarão na Alego. Cabe a eles legislar sobre assuntos de competência estadual, fiscalizar o governo de Goiás e participar da análise e aprovação do orçamento estadual, entre outras atribuições.

A escolha desses dois tipos de deputado ocorre pelo sistema proporcional. Isso significa que a eleição não depende apenas da quantidade de votos recebida individualmente por cada candidato. Os votos dados aos candidatos de uma mesma legenda são somados aos votos de legenda para determinar quantas cadeiras o partido ou a federação poderá ocupar. Depois,

as vagas conquistadas são preenchidas pelos candidatos mais votados daquela legenda ou federação, observadas as regras eleitorais.

Na prática, portanto, o voto em um candidato a deputado também pode contribuir para que outro candidato do mesmo partido ou federação seja eleito. O eleitor também pode optar pelo chamado voto de legenda, digitando apenas o número da agremiação na urna.

A distribuição das cadeiras envolve cálculos como o quociente eleitoral e o quociente partidário, além da distribuição das chamadas sobras. O quociente eleitoral é obtido a partir dos votos válidos e do número de vagas em disputa. Já o quociente partidário considera a votação obtida por cada partido ou federação.

## O que o eleitor verá na urna

Em Goiás, o eleitor terá seis etapas de votação no dia 4 de outubro:

- ✓ Deputado federal - uma vaga entre as 17 que Goiás terá na Câmara;
- ✓ Deputado estadual - uma vaga entre as 41 da Assembleia Legislativa;
- ✓ Senador - primeira vaga;
- ✓ Senador - segunda vaga;
- ✓ Governador e vice-governador;

Presidente e vice-presidente da República.

Para os cargos proporcionais, o eleitor poderá votar no número do candidato ou, no caso de deputado, optar pelo voto de legenda. Para os cargos majoritários, a escolha é feita entre os candidatos registrados para aquela disputa.

Fonte: TSE

É por isso que a disputa pelas 41 cadeiras da Alego e pelas 17 vagas da Câmara Federal também é uma disputa entre partidos e federações. A votação individual dos candidatos é importante, mas está inserida nesse cálculo coletivo.

### Por que o eleitor votará duas vezes para senador?

Uma das dúvidas mais comuns da eleição deste ano está no Senado. Em 2026, Goiás terá duas vagas em disputa. Por isso, cada eleitor poderá escolher dois candidatos diferentes para o cargo.

A renovação do Senado será de 54 das 81 cadeiras existentes na Casa — duas vagas por unidade da Federação. Em Goiás, portanto, dois senadores serão eleitos neste pleito.

O sistema, porém, é diferente daquele utilizado para deputados. A eleição para o Senado é majoritária simples: os dois candidatos mais votados em Goiás serão eleitos. Não há cálculo de quociente partidário para definir essas duas vagas.

Os senadores representam os estados no Congresso Nacional e exercem funções legislativas e de fiscalização. Também possuem atribuições exclusivas, como processar e julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade e votar a indicação de determinadas autoridades. O mandato é de oito anos, e cada senador é eleito com dois suplentes.

### Governador e presidente: eleição pode ter segundo turno

Depois dos votos para deputado federal, deputado estadual e senador, o eleitor escolherá governador e presidente.

O governador é o chefe do Poder Executivo estadual. É responsável pela administração do Estado e pela execução de políticas públicas estaduais, como saúde, segurança pública, educação e infraestrutura. Também participa da elaboração do orçamento, sanciona ou veta projetos aprovados pela Assembleia e pode apresentar propostas legislativas de iniciativa do Executivo.

A eleição para governador é majoritária. Para vencer no primeiro turno, o candidato precisa obter mais da metade dos votos válidos. Se nenhum alcançar a maioria absoluta, os dois mais votados disputam o segundo turno, marcado para 25 de outubro. A mesma regra vale para a eleição presidencial.

No plano federal, o presidente da República é o chefe do Poder Executivo e exerce funções de chefe de Estado e de governo. Entre suas atribuições estão administrar a estrutura federal, propor medidas legislativas em matérias de competência da União, sancionar ou vetar projetos aprovados pelo Congresso e conduzir áreas estratégicas da administração federal, além de exercer o comando supremo das Forças Armadas.

## Por que são dois votos para senador?

Em 2026, o eleitor de Goiás escolherá dois senadores. Saiba como funciona e entenda por que você terá duas oportunidades de votar para o Senado.



### Por que dois senadores em 2026?

Neste ano, serão renovadas duas das três cadeiras de cada estado e do Distrito Federal no Senado Federal.



### Mandato de 8 anos

O mandato de senador dura oito anos. Como cada unidade da Federação possui três senadores, as vagas são renovadas de forma alternada: em uma eleição, são escolhidos dois; quatro anos depois, apenas um.



### Como votar?

Na urna, o eleitor encontrará duas oportunidades de votar para o Senado. É preciso escolher **dois candidatos diferentes** para preencher as duas vagas em disputa.



### Eleição majoritária

A eleição para senador é majoritária. Em cada estado, serão eleitos os dois candidatos que obtiverem mais votos.



### Atenção na urna

O eleitor deverá votar duas vezes para senador:



**1º voto:** escolha de um candidato para a primeira vaga.



**2º voto:** escolha de outro candidato para a segunda vaga.



### Os dois votos são independentes.

Não é necessário escolher candidatos do mesmo partido, e o eleitor pode votar em candidatos de legendas diferentes.



### Para lembrar

Em 2026, Goiás elegerá **dois senadores**, cada um com mandato de oito anos.

## Majoritário ou proporcional: entenda como seu voto vira mandato

O eleitor de Goiás vai usar a urna para escolher candidatos por dois sistemas diferentes: o **majoritário** e o **proporcional**. A diferença está na forma como os votos são transformados em mandatos.



### O sistema majoritário

O voto define diretamente o eleito



#### Presidente e governador

Vence no primeiro turno quem obtiver mais da metade dos votos válidos. Se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta, os dois mais votados disputam o segundo turno.



#### Senador

São eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos. Em 2026, cada estado e o Distrito Federal escolherão dois senadores. Por isso, o eleitor de Goiás terá dois votos para o Senado.



Em resumo: no sistema majoritário, a votação de cada candidato é o principal elemento para definir quem ocupará a cadeira.



### O sistema proporcional

O partido também entra na conta



O voto não serve apenas para escolher um candidato. Ele também ajuda a definir quantas cadeiras serão destinadas ao partido ou à federação partidária.



Os votos válidos dados aos candidatos de uma legenda são somados aos votos de legenda. A partir dessa votação, são calculadas as cadeiras que cada partido ou federação poderá ocupar.



Depois, as vagas são preenchidas pelos candidatos mais votados dentro daquela legenda ou federação, respeitadas as regras eleitorais.

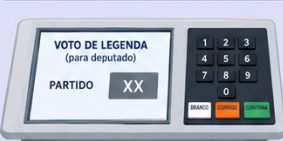


É por isso que, na eleição proporcional, um candidato pode receber muitos votos, mas não ser eleito, enquanto outro, com votação individual menor, pode conquistar uma cadeira. O resultado depende não apenas da votação individual, mas também do desempenho coletivo da legenda e da distribuição das vagas.



### E o que é o voto de legenda?

O eleitor que não quiser escolher um candidato específico para deputado pode votar diretamente no partido. Para isso, basta digitar na urna o número da legenda.



Esse voto é chamado de **voto de legenda** e também é considerado no cálculo da votação do partido ou da federação para a distribuição das cadeiras.



## Eleições 2026

# Direita dividida

## confunde eleitor em Goiás

Bolsonarismo, caiadismo e alianças municipais concorrem pelo eleitor conservador e relativizam as fronteiras entre os partidos em um estado que não costuma olhar para a esquerda

» Carlos Nathan Sampaio

A eleição de 2026 enfrenta a direita goiana como majoritária, mas longe de ser uniforme. O campo que deu a Jair Bolsonaro (PL) ampla vantagem sobre Lula em Goiás em 2022 (58,71% dos votos válidos contra 41,29%) agora se distribui entre Wilder, do bolsonarismo do PL, o caiadismo, da base de Daniel Vilela, e a tentativa de Marconi Perillo (PSDB) de reconstruir espaço. A fragmentação não significa avanço automático da esquerda. Mostra uma disputa interna para definir quem traduzirá o conservadorismo local em poder estadual e palanque nacional e, que, por sua vez, acaba confundindo o eleitor.

“Não temos uma única direita”, afirma o cientista político Guilherme Carvalho, para esclarecer de início. Segundo ele, a maior parte dos parlamentares brasileiros pode ser situada à direita, sobretudo nos costumes, sem formar um bloco militante ou exclusivamente bolsonarista. “A maioria é de direita, sim, do ponto de vista dos costumes, é conservadora, mas não necessariamente é uma direita coesa e muito menos apenas uma direita bolsonarista.”

Vale lembrar que, no mapa partidário, o PL diz ocupar a faixa da direita conservadora identificada com Jair Bolsonaro e, nesta eleição, com a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro. Novo e Missão também se apresentam à direita, com Romeu Zema e Renan Santos na corrida ao Planalto. Ronaldo Caiado, pelo PSD, e o União Brasil e PP, reunidos em federação, além de Republicanos e PRD, também trabalham no espaço da centro-direita. Em Goiás, boa parte dessas forças está associada ao projeto de Daniel, do MDB, revelando que identidade ideológica e aliança eleitoral não são sinônimos.

Guilherme Carvalho acrescenta a contradição que aparece. Embora parte da direita tente combinar liberalismo econômico e conservadorismo nos costumes, a direita brasileira, segundo ele,



Wilder Morais (PL), Daniel Vilela (MDB) e Marconi Perillo (PSDB) buscam, entre os conservadores, o espaço que a direita oferece em Goiás

“é muito estatista” e “depende muito de orçamento público para transformar isso em visibilidade política”. Por isso, prefeituras, emendas, obras e programas estaduais ajudam a explicar alianças mais do que a fidelidade a rótulos. “Temos direitas disputando o eleitorado”, resume. A que costuma prevalecer seria menos nítida ideologicamente, mas eficiente na construção de projetos.

Na disputa pelo governo, Daniel busca herdar a aprovação e a estrutura política de Ronaldo Caiado. Wilder Morais busca reunir no PL o eleitor bolsonarista, enquanto Marconi (PSDB) procura recuperar uma direita de perfil administrativo, ligada à memória de seus governos e ao agronegócio. Pesquisa Quaest de agosto mostrou Daniel com 37%, Marconi com 20% e Wilder com 12%. Para Guilherme Carvalho, o apoio de Bolsonaro “é importante para virar muito voto”, mas o de Caiado “não é trivial”, sobretudo pela associação do ex-governador à segurança pública.

“Ele tem políticas implementadas que são muito afáveis às pautas da direita”, diz o cientista político sobre Caiado. Na avaliação dele, isso favorece Daniel porque uma eleição estadual mede políticas executadas e expectativas concretas mais intensamente que uma disputa nacional. “Daniel leva vantagem nessa corrida, porque o padrinho dele tem entregas para a mediana da população, que é conservadora.” Guilherme Carvalho ressalta que o núcleo fiel a Bolsonaro pode influenciar o resultado, mas considera o legado estadual mais relevante para essa escolha.

O debate do Mais Goiás, realizado na última quinta-feira, 17, reforçou essa leitura. Daniel defendeu resultados do governo na saúde; Wilder criticou filas, propôs integrar redes pública, privada e filantrópica e repetiu que pretende ser o “governador da saúde”; Marconi reivindicou obras de suas gestões; e Luis Cesar Bueno, do PT, contrapôs investimentos federais.

Mesmo entre candidatos que disputam eleitores à direita, o embate saiu dos símbolos nacionais e se concentrou na capacidade de entregar serviços e reivindicar legados.

Para Guilherme Carvalho, Marconi enfrenta dificuldade adicional ao buscar esse espaço. “Ele tenta travar um discurso meio às avessas com a direita”, afirma. O ex-governador procura aproximar sua candidatura do setor produtivo, mas carrega uma trajetória anterior à hegemonia bolsonarista. Daniel não depende de se apresentar como o mais ideológico: abriga uma coalizão ampla, com MDB e siglas da centro-direita. Wilder tem a marca mais clara, porém enfrenta dissidências no próprio PL.

Um dos exemplos mais expressivos é Márcio Corrêa. Filiado ao PL, o prefeito de Anápolis declarou apoio a Daniel, adversário de Wilder. O partido reagiu, mas outros prefeitos liberais também se aproximaram do governador. Guilherme Carvalho define o

movimento como “pragmatismo”. “Político não apoia quem ele não entende que vai vencer, a não ser que não tenha espaço do lado do bloco vencedor.” Segundo ele, Corrêa procura preservar acesso ao governo estadual e evitar que a oposição prejudique agendas para a administração municipal.

Essa lógica alcança a Assembleia Legislativa. A eleição das 41 cadeiras não será apenas uma contagem entre direita e esquerda, mas uma medição da força de cada corrente conservadora e da capacidade de Daniel de converter sua coligação em base parlamentar. PL, MDB, União Brasil, PP, Republicanos e PRD competem também por protagonismo no Legislativo. O resultado definirá se o governador manterá uma maioria heterogênea ou se o bolsonarismo organizará uma oposição autônoma.

Caiado amplia a divisão no plano nacional. Candidato à Presidência pelo PSD, ele critica Lula, promete anistia a Jair Bolsonaro, mas confronta Flávio. “A relação do Ronaldo Caiado com o bolsonarismo sempre foi muito dúbia”, avalia o cientista político. “Ele manda o recado de que não é bolsonarista, embora não bata diretamente no Jair; bate no Flávio.” A estratégia tende a afastá-lo do segmento mais fiel à família Bolsonaro, mas pode fazê-lo crescer, segundo o analista, “no espectro do centro político”.

À esquerda, Luis Cesar Bueno, do PT, Luciana Amorim, da UP, e Danilo Pinheiro, do PCO, disputam o governo. A divisão da direita, contudo, ainda não se converteu em abertura expressiva: na Quaest, Luis Cesar tinha 4%, enquanto Luciana e Danilo não pontuaram. Lula conserva um palanque no estado, mas enfrenta um eleitorado historicamente mais refratário ao PT. Assim, o novo mapa goiano não aponta troca de hegemonia. Mostra uma direita fragmentada, pragmática e, até mesmo, confusa, cujo vencedor dependerá da combinação entre liderança nacional, máquina estadual, alianças municipais e entrega de políticas públicas.



**A maioria é de direita, sim, do ponto de vista dos costumes, é conservadora, mas não necessariamente é uma direita coesa e muito menos apenas uma direita bolsonarista.**

Guilherme Carvalho, cientista político

## Eleições 2026

# O peso da máquina

Reta final testa quanto uma poderosa estrutura vale na urna e onde termina a força política e começa o debate sobre uso do Estado

» Domingos Ketelbey

Cento e vinte e três prefeitos estavam diante de Daniel Vilela quando o governador transformou a mobilização da base numa competição. No “Dia do 15”, em Aparecida de Goiânia, pediu empenho aos aliados e anunciou que a cidade onde obtiver a maior votação proporcional poderá escolher uma obra para receber num eventual novo mandato. A campeã estadual, acrescentou, teria “presente dobrado”.

A fala atravessou o palanque. No dia seguinte, PL, Novo e Wilder Moraes levaram o episódio ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. A ação acusa Daniel e o vice Luiz do Carmo de abuso de poder político e captação ilícita de sufrágio. A acusação ainda será julgada pela Justiça Eleitoral. A controvérsia nasceu justamente no ato que melhor sintetizou o tamanho da estrutura reunida ao redor da candidatura governista.

Segundo a campanha, Daniel conta com o apoio declarado de 227 dos 246 prefeitos de Goiás, mais de 92% do total. Reúne 12 partidos e os prefeitos das dez maiores cidades. No “Dia do 15”, 123 gestores compareceram, além de vice-prefeitos, vereadores, candidatos ao Senado e o ex-governador e candidato à presidência da República Ronaldo Caiado (PSD). A pergunta é quanto isso vale quando o eleitor entra sozinho na cabine.

## 227 prefeitos não são 227 currais

Para o cientista político e professor Guilherme Carvalho, o peso dos prefeitos depende do tipo de eleição. Ele compara 2026 a 2018, quando Ronaldo Caiado venceu num ambiente de ruptura apesar de contar com uma estrutura municipal muito menor. Agora, diz, o cenário é de continuidade e Daniel reúne quase a unanimidade dos gestores.

“A máquina é muito atrativa”, resume Carvalho. Prefeitos, segundo ele, fazem uma leitura de projeção de poder: aproximam-se de quem enxergam com maior capacidade de manter investimentos, parcerias e espaço político. Depois, administram

as diferenças partidárias e os rearranjos necessários.

O prefeito não é dono do voto, mas oferece uma rede. Organiza agendas, mobiliza vereadores, reúne lideranças, apresenta obras feitas em parceria com o Estado e leva a campanha a lugares onde uma coordenação estadual dificilmente chegaria sozinha.

Carvalho chama os prefeitos de principais cabos eleitorais de candidatos a deputado, senador e governador e vê uma relação de reciprocidade. “É uma troca em que estrutura joga a favor da continuidade de estrutura.” Para ele, essa lógica não nasceu com Daniel. Também existia nos governos de Marconi Perillo; a diferença atual está no grau de unidade alcançado pela base.

## As dez maiores cidades

A estrutura não está concentrada apenas nos municípios pequenos.

Com a adesão do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, Daniel passou a contar também com o apoio dos gestores das dez maiores cidades de Goiás. Juntos, esses municípios concentram cerca de 2,4 milhões de eleitores, quase 48% do eleitorado estadual.

As pesquisas mostram Daniel na liderança, mas não permitem atribuir essa posição diretamente à estrutura. Na Paraná Pesquisas divulgada em 11 de setembro, ele aparece com 45,1%, contra 23,2%

de Marconi Perillo. Aprovação do governo, imagem dos candidatos, alianças, propaganda e o legado de Caiado também entram na equação.

## Continuidade favorece estrutura

É aqui que a leitura de Guilherme Carvalho ganha outra dimensão. Para o professor, 2018 foi uma eleição de ruptura. Em 2026, ele não identificou até aqui o mesmo desejo de mudança capaz de neutralizar o peso das estruturas locais.

“Essa é uma eleição de continuidade. A gente não vê nenhum sinal de tentativa de algum grupo político se sobrepôr agora, ou um desejo da população de escolher novos rumos para o Estado”, avalia.

A afirmação é uma leitura do cientista político, não uma conclusão antecipada sobre a urna. Ela ajuda, porém, a explicar por que prefeitos de partidos adversários também aderiram à candidatura governista.

Márcio Corrêa é o exemplo mais visível. Filiado ao PL, partido de Wilder, declarou apoio a Daniel e acabou em conflito com a direção estadual da própria legenda. Na avaliação de Carvalho, movimentos assim revelam que, para prefeitos, projeção de poder e expectativa de contrapartidas administrativas podem pesar mais que a fidelidade à sigla.

## Quando apoio vira cobrança

O “Dia do 15” mostrou o outro lado de possuir uma base tão grande.

A menos de três semanas do primeiro turno, Daniel convocou os aliados a acelerarem a campanha. A presença de 123 prefeitos num mesmo ato é demonstração de estrutura, mas também revela uma necessidade: fazer a engrenagem funcionar.

Apoio declarado não significa dedicação cotidiana. Há prefeitos que dividem compromissos entre diferentes candidatos ao Senado e às proporcionais. Uma base de 12 partidos multiplica força, mas também interesses.

A reta final separa apoio protocolar de campanha efetiva.

Daniel já reuniu prefeitos. Agora precisa converter presença política em mobilização e, finalmente, em voto.

## A fronteira mais delicada

É nesse ponto que a promessa feita em Aparecida ganha importância maior que a frase isolada. Candidatos prometem obras e investimentos durante campanhas. A controvérsia surgiu porque Daniel relacionou uma obra ao desempenho eleitoral proporcional dos municípios.

PL, Novo e Wilder sustentam que houve condicionamento de investimento público ao resultado das urnas. A defesa ainda poderá se ma-

nifestar, e caberá ao TRE-GO decidir se a declaração ultrapassou os limites da legislação eleitoral. Daniel é candidato, mas continua governador.

Os prefeitos que sobem em seu palanque são aliados eleitorais, mas continuam administrando municípios que mantêm convênios e relações institucionais com o Estado. O governo precisa funcionar enquanto a campanha transforma realizações e parcerias em argumentos de continuidade.

É nessa convivência que adversários procurarão indícios de abuso e que a candidatura governista terá de demonstrar a separação entre administração e eleição.

## Uma estrutura herdada e ampliada

A rede municipal que Daniel conduz não foi construída apenas por ele.

Parte importante da atual base nasceu durante os dois governos de Ronaldo Caiado. Prefeitos que estiveram em outros campos migraram para a administração estadual enquanto Caiado ampliava sua aprovação e fortalecia relações com os municípios. Daniel herdou essa estrutura e trabalhou para ampliá-la.

## A prova da urna

Daniel possui uma rede municipal que nenhum adversário conseguiu reproduzir na mesma escala.

Marconi percorre Goiás tentando reconstruir antigas relações. Wilder trabalha a estrutura do PL e a força do bolsonarismo. Luis César Bueno aposta na ligação com Lula e no eleitorado petista. Daniel administra o Estado e tem ao seu lado a maioria esmagadora dos prefeitos.

A diferença é objetiva. Seu efeito eleitoral ainda precisa ser medido.

Se os apoios locais se converterem em mobilização, a coalizão terá produzido uma vantagem territorial relevante. Se parte deles permanecer apenas na fotografia, ficará exposta a distância entre estrutura política e comportamento do eleitor. O “Dia do 15” condensou as duas dimensões.

De um lado, 123 prefeitos diante do governador. Do outro, uma promessa de obras ligada ao desempenho nas urnas que terminou questionada na Justiça Eleitoral. É esse o peso da máquina: capilaridade, estrutura e mobilização. Quanto maior ela se torna, maior também é o escrutínio sobre a maneira como se movimenta.



Foto: Divulgação MDB

## Eleições 2026

# Daniel Vilela lidera com 43,9% e tem 26 pontos de vantagem sobre segundo colocado

Levantamento do Goiás Pesquisas mostra que governador chega a 50,6% dos votos válidos e mantém crescimento na comparação com a rodada divulgada em 8 de setembro

» Da Redação

O governador e candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) lidera a disputa pelo Governo de Goiás com 43,9% das intenções de voto, segundo levantamento do Instituto Goiás Pesquisas, divulgado pelo Mais Goiás nesta quarta-feira (16/9). O emedebista aparece 26 pontos à frente do segundo colocado.

O senador Wilder Moraes (PL) aparece com 17,9%, seguido pelo ex-governador Marconi Perillo (PSDB), com 16,9%. Considerada a margem de erro de 2,77 pontos, os dois estão tecnicamente empatados. Luis Cesar Bueno (PT) registra 5,7%, Luciana Amorim (UP), 1,2%, e Danilo Pinheiro (PCO), 1,1%. Outros 7,6% não souberam ou não quiseram responder, enquanto 5,6% afirmaram que pretendem votar em branco ou nulo.

Considerando somente os votos válidos, que excluem brancos, nulos e indecisos, Daniel alcança 50,6%. Wilder aparece com 20,6%, Marconi, com 19,5%, Luis Cesar, com 6,6%, Luciana, com 1,4%, e Danilo, com 1,3%.

Na pesquisa anterior do Goiás Pesquisas/Mais Goiás, divulgada em 8 de setembro, Daniel aparecia com 42,6% das intenções de voto,



Foto: Divulgação MDB

Daniel Vilela lidera com 43,9% e tem 26 pontos de vantagem sobre segundo colocado

seguido por Marconi, com 17,3%, e Wilder, com 13,4%. Na comparação entre os dois levantamentos, Daniel oscilou 1,3 ponto percentual para cima. Mesmo com a inversão entre a segunda e a terceira posições, a distância numérica do governador para o segundo colocado passou de 25,3 para 26 pontos.

O percentual de eleitores que não souberam ou não responderam caiu de 13,1% na rodada anterior para 7,6% na atual. Os votos brancos e nulos também recuaram, de 6,9% para 5,6%.

### Rejeição

No levantamento de rejeição, Marconi apresenta

o maior percentual entre os candidatos, com 37,5% dos entrevistados afirmando que não votariam nele. Daniel aparece com 13,6%, seguido por Wilder, com 12,4%. Luis Cesar tem rejeição de 10,8%, Luciana, de 7,3%, e Danilo, de 6,1%.

Encomendado pelo Mais Goiás, o levantamen-

to foi realizado pelo Instituto Goiás Pesquisas nos dias 14 e 15 de setembro de 2026, com 1.250 eleitores de Goiás. A margem de erro é de 2,77 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o intervalo de confiança é de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo GO-03825/2026.

## Goiás reduz ocorrências de roubos e furtos em até 70% em 2026

Goiás registrou queda de 70% nos roubos de cargas entre janeiro e agosto de 2026, na comparação com o mesmo período do ano passado. Os registros passaram de dez para três ocorrências. No mesmo intervalo, os roubos de veículos diminuíram 37,4%, de 366 para 229 casos; os roubos em estabelecimentos comerciais recuaram 34,9%, de 229 para 149; e os roubos a transeuntes caíram 31,3%, de 2.706 para 1.859 ocorrências.

Os dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), apresentados nesta segunda-feira (14/9), também mostram redução nos furtos. As ocorrências envolvendo veículos di-

minuíram 21,8% e os furtos a transeuntes, 20%. Os registros em residências tiveram queda de 12,3%, enquanto os furtos em estabelecimentos comerciais recuaram 8,6%.

“Os dados mostram que Goiás vem, ano a ano, registrando redução nos índices de criminalidade, e o uso da tecnologia já ajudou a solucionar quase 3 mil casos”, afirmou o governador Daniel Vilela durante reunião técnica da segunda fase de expansão da Plataforma IA Contra o Crime.

Também houve redução nos crimes contra a vida e contra a dignidade sexual. Os latrocínios caíram 26,7%, as lesões corporais seguidas de morte recuaram 5,6% e os

estupros, 5,1%. Os homicídios dolosos passaram de 514 para 511 registros, redução de 0,6%. Já os roubos a instituições financeiras, modalidade associada ao chamado Novo Canção, permaneceram zerados nos oito primeiros meses de 2026, repetindo o resultado do mesmo período de 2025.

### Queda contínua

Os resultados de 2026 mantêm a trajetória de redução observada nos últimos anos. Na comparação entre 2018 e 2025, os roubos de cargas caíram 98% em Goiás, enquanto os roubos de veículos recuaram 95%. Os roubos a transeuntes tiveram redução de 92% e os registrados em estabe-

lecimentos comerciais, de 91%.

No mesmo período, os roubos a instituições financeiras tiveram redução de 100% e permanecem sem re-

gistros nos últimos anos. Entre os crimes contra a vida, os latrocínios acumularam queda de 82% e os homicídios dolosos, de 62%.



Foto: SSP-GO

Roubo de cargas cai 70% em Goiás entre janeiro e agosto de 2026

## Assistência

# Programa Goiânia + Humana

## amplia proteção social e traz série de benefícios; veja quais são

Previstos auxílio-natalidade, auxílio-funerário, aluguel social, apoio temporário, além de cartão para aquisição de bens essenciais; critérios serão definidos pela Semasdh em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social

» Da Redação

O prefeito Sandro Mabel sancionou, na segunda-feira (14/9), a lei que cria o Goiânia + Humana, nova política municipal de proteção social destinada a ampliar e regulamentar o atendimento a famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade. A iniciativa reúne benefícios já concedidos pela rede de assistência social e estabelece novos instrumentos de apoio, garantindo maior segurança jurídica e transparência na oferta dos serviços.

Entre as novidades está a criação do Cartão Goiânia + Humana, que poderá ser utilizado para a aquisição de bens



Iniciativa reúne benefícios e estabelece novos instrumentos de apoio ao garantir maior segurança jurídica e transparência na oferta dos serviços

essenciais em estabelecimentos credenciados. A proposta é permitir que, futuramente, parte dos benefícios seja concedida diretamente por meio de transferência de recursos para o cartão, dando maior autonomia

às famílias para escolher os produtos de que necessitam.

Segundo Mabel, a legislação cria um sistema permanente de proteção social no município. “O programa Goiânia + Humana existe hoje

no atendimento, mas nós não tínhamos uma legislação que nos amparasse. Muitos desses benefícios já eram disponibilizados em parceria com o Estado. Agora, sancionando essa lei, o município passa a ter um programa próprio, inclusive com o cartão, que dá uma série de benefícios. É um verdadeiro guarda-chuva de proteção para as famílias que mais precisam”, afirmou o prefeito.

### Auxílios

O Auxílio-Natalidade será destinado a famílias em situação de vulnerabilidade no período do nascimento de um filho. O benefício poderá incluir enxoval, roupas e itens essenciais de higiene para o bebê, de acordo com os critérios que serão regulamentados pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (Semasdh), em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social.

A concessão de enxovais já ocorre pela rede municipal e continuará sendo realizada durante o processo de implantação dos novos mecanismos previstos pela legislação.

O Auxílio-Funerário é destinado a situações de falecimento de integrantes de famílias que não tenham condições de arcar com as despesas. O benefí-

cio poderá contemplar urna funerária, velório e sepultamento, garantindo suporte às famílias em um momento de emergência e fragilidade social. A regulamentação definirá os critérios para acesso e os procedimentos necessários para a concessão.

O Goiânia + Humana também regulamenta benefícios destinados a situações de vulnerabilidade temporária, quando uma família ou indivíduo enfrenta uma emergência que comprometa suas condições básicas de sobrevivência.

Nesses casos, o atendimento poderá ocorrer por meio de bens materiais, serviços ou recursos disponibilizados pelo cartão do programa.

### Entre os itens e serviços previstos estão:

- Cestas de alimentos, para famílias que estejam temporariamente sem condições de garantir a alimentação básica;
- Kits de higiene, destinados a pessoas ou famílias em situação de necessidade;
- Passagens intermunicipais e interestaduais, quando a situação social exigir deslocamento;
- Documentação civil, para auxiliar pessoas que necessitem regularizar ou obter documentos essenciais;
- Outros bens ou serviços que sejam identificados pela rede municipal de assistência social.





**DIMINUIR O TEMPO DO SEU BANHO EVITA O DESPERDÍCIO.**

# A ÁGUA PODE FAZER TUDO. SÓ NÃO PODE FAZER FALTA.

Você pode gastar de 5.400 a 10.800 litros de água por mês só tomando banho.

**Diminuir o tempo do chuveiro aberto é o que faz a diferença.**

***Durante o período de estiagem, pratique o consumo consciente.***



**Feche a torneira ao escovar os dentes e ao ensaboar a louça.**



**Prefira vassoura à mangueira na limpeza de calçadas e quintais.**



**Conserte vazamentos internos assim que identificados.**



**Regue as plantas no início da manhã ou no fim da tarde.**



**Utilize a capacidade total da máquina de lavar e reutilize a água sempre que possível.**



**Estado de GOIÁS**

# ESCOLA

## Militarismo

# Escolas militares expõem diferenças entre candidatos ao Governo de Goiás

Com 82 unidades e mais de 75 mil estudantes, modelo criado no Estado tem trajetória própria e chega à eleição de 2026 sem consenso sobre expansão, gestão e papel na educação pública

» Dhayane Marques

A presença dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs) na rede pública tornou-se um dos pontos de divergência entre os candidatos ao Governo de Goiás nas eleições de 2026. O Estado mantém uma estrutura própria de escolas militares, que não depende do programa federal encerrado pelo governo Lula em 2023, e reúne atualmente 82 unidades em mais de 60 municípios, com mais de 75 mil alunos. O ingresso ocorre por sorteio público, conforme edital anual.

A dimensão da rede faz com que a discussão eleitoral vá além da decisão tomada em âmbito federal. O debate envolve a continuidade de uma política educacional consolidada em Goiás, a possibilidade de novas unidades e o papel da gestão militar em escolas públicas.

### O fim do programa federal não encerrou a militarização em Goiás

A experiência goiana antecede o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), implantado pelo governo Jair Bolsonaro em 2019. O programa federal foi encerrado em 2023 por meio do De-

creto nº 11.611, que revogou a norma que o instituiu e determinou a elaboração de um plano de transição para as escolas vinculadas ao programa.

Na época, o **Todos Pela Educação** defendeu a decisão do Ministério da Educação. Em nota publicada em julho de 2023, a entidade classificou o modelo do Pecim como equivocado e excludente e afirmou que a militarização deveria ficar restrita às escolas das Forças Armadas. A organização também sustentou que a política desviava o foco e recursos de desafios estruturantes da educação, como ampliação do ensino integral, combate à evasão e

redução das desigualdades.

A posição da entidade, contudo, fazia referência ao programa federal. Em Goiás, a estrutura dos CEPMGs possui trajetória própria. O primeiro colégio militar estadual começou a funcionar em 1998 e, desde então, o modelo foi ampliado até chegar às atuais 82 unidades administradas pela Polícia Militar em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

É justamente essa diferença que mantém a questão aberta no Estado. O encerramento do Pecim não significou o fim dos colégios militares goianos. A rede estadual continuou funcionando

sob legislação e estrutura próprias, com ingresso por sorteio público e acompanhamento do processo pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO).

O debate também permanece marcado por posições distintas sobre a militarização. Críticos questionam a compatibilidade do modelo com princípios da educação pública e apontam riscos de exclusão e restrição à autonomia escolar. Defensores destacam disciplina, organização e resultados acadêmicos. Para o Todos Pela Educação, a prioridade deveria estar em políticas capazes de alcançar de maneira equânime toda a rede pública.

## Marconi quer ampliar e Luis Cesar propõe frear a expansão

Entre os candidatos que responderam à reportagem, a principal diferença está na dimensão que cada um atribui ao modelo.

Marconi Perillo defende a continuidade e a ampliação dos colégios militares. O candidato afirma que a expansão deve ocorrer de maneira planejada, conforme a demanda das famílias e as necessidades da rede estadual. A proposta também aparece em seu plano de governo.

“O Estado também ampliará a oferta de escolas militares, de forma planejada e de acordo com a demanda e as necessidades da rede, assegurando às famílias diferentes alternativas dentro da educação pública estadual”, destaca Perillo.

Marconi também associa o modelo à disciplina e à qualidade do ensino e cita o desempenho de Goiás no Ideb como parte do histórico de seus governos. A proposta apresentada não prevê substituir o ensino convencional. A intenção, segundo o candidato, é manter diferentes modelos dentro da rede estadual.

A posição de Luis Cesar Bueno é outra. O candidato afirma que pretende manter as escolas militares que contam

com apoio da comunidade, mas não ampliar a quantidade de unidades. Para ele, a gestão escolar deve seguir as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as funções de policiais e professores devem permanecer distintas.

“Vamos manter as atuais escolas, mas não pensamos em aumentar o número delas no Estado. Policial tem que cuidar da segurança, e professor, das escolas”, afirmou.

O candidato também questiona o modelo sob a perspectiva do acesso e da finalidade da política. Ao ser perguntado sobre a crítica de que as escolas militares atenderiam predominantemente estudantes de famílias de maior renda, respondeu que o modelo é questionável e afirmou que não pretende incentivar sua expansão.

Para as unidades que permanecerem, Luis Cesar propõe concentrar a atenção em transparência, custos e qualidade. “Transparência e auditoria de custos e qualidade será o foco inicial nestas escolas”, afirmou, citando também despesas com roupas e formaturas.

O candidato pretende deslocar parte do investimento educacional para outro



Foto: Portal CEPMG

Marconi Perillo defende a continuidade e expansão planejada das escolas militares, enquanto Luis Cesar Bueno propõe manter as unidades existentes, sem ampliar a rede

eixo. Sua proposta é criar 300 escolas de tempo integral nos dois primeiros anos de governo, além de ampliar a valorização dos professores.

As duas respostas revelam projetos distintos para uma rede que já ocupa espaço expressivo na educação estadual. Marconi trata os colégios militares como uma alternativa que deve continuar crescendo conforme a demanda. Luis Cesar admite a permanência das unidades existentes, mas rejeita novas ampliações e pro-

põe concentrar a política educacional na expansão do ensino integral e na valorização dos profissionais.

A reportagem consultou as seis candidaturas ao Palácio das Esmeraldas sobre a política para os CEPMGs. Apenas Marconi Perillo (PSDB), e Luis Cesar Bueno (PT), responderam aos questionamentos. Daniel Vilela (MDB) e Wilder Moraes (PL), não responderam à solicitação até o fechamento. Também não foi possível estabelecer contato

com Danilo Pinheiro (PCO), e Luciana Amorim (UP).

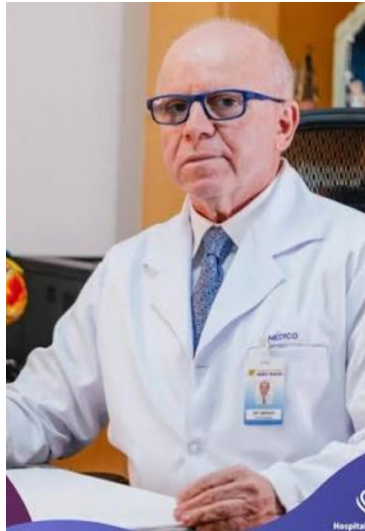
Com quatro candidaturas sem posição apresentada à reportagem, permanece aberta uma parte importante da discussão eleitoral sobre o futuro dos CEPMGs. Em um Estado onde o modelo possui trajetória própria e uma rede consolidada, a eleição de 2026 coloca em debate não apenas sua existência, mas o tamanho que essa rede deverá ter e qual função deverá cumprir dentro da educação pública de Goiás.



# Chegou o momento para a oposição assumir o Goiás?

A oposição esmeraldina está sumida, ausente em um momento importante na vida do clube, que vive uma das piores crises financeira/administrativa e técnica em sua história. Nem a vitória contra o Botafogo-SP, em Ribeirão Preto, foi capaz de trazer tranquilidade ao elenco, que ainda convive com atrasos no pagamento de salários e direitos de imagem. Com a última mudança no Estatuto, o clube voltará a ter um presidente executivo e as eleições para a escolha dos novos dirigentes acontecem no final do ano.

Não existem nomes ainda para as disputas eleitorais no Goiás. Mas deveriam existir, principalmente pelo lado da oposição, que precisa se manifestar neste momento de crise no “maior do Centro-Oeste”. O momento exige a presença dos opositores ao sistema do time esmeraldino há tantos anos. O modelo atual faliu, o time está em “petição de miséria”, e a atual gestão não tem planos nem projetos para tirar o Verdão dessa situação. Em campo, um time ruim, um treinador pior ainda, que não conseguirão levar o alviverde à primei-



**Dr. Sérgio Rassi, o nome da oposição para salvar o Goiás**

ra divisão do futebol brasileiro. Fora de campo, os atuais dirigentes estão recorrendo pela segunda vez em menos de um ano a empréstimo bancário para colocar as contas da agremiação em dia. Pegam um empréstimo para pagar o outro. Não pode dar certo.

## Hora de mudar

O novo estatuto prevê a realização de eleições para escolher os novos dirigentes do clube em dezembro. O sistema eleitoral vigente no Goiás foi feito para eleger a situação para o resto da eternidade.

Não existe a possibilidade do registro de duas chapas, sendo uma de oposição. O colégio eleitoral foi montado para registrar somente a chapa de situação. Só há um jeito de mudar esse modelo: uma grande mobilização da oposição e da torcida para alterar novamente o Estatuto e permitir a participação de todos os associados no processo eleitoral. Talvez por isso, a oposição no Goiás está em silêncio, ausente, aceitando que mais uma vez o novo presidente executivo venha da escolha do presidente do Conselho Deliberativo, Paulo Rogério Pinheiro.

A família esmeraldina quer mudança, novos nomes, novas idéias para tirar o time dessa letargia que o mantém na série B por três anos, e deve ficar pelo menos mais um ano na segunda divisão. O torcedor quer dirigentes presentes, vibrantes, que apareçam nas derrotas e nas vitórias, que demonstrem querer um Goiás cada dia mais forte, de volta ao cenário principal do futebol brasileiro, onde já esteve em várias oportunidades. A atual gestão não dá as caras, principalmente nas dificuldades. Aparecem nas vitórias, desa-

parecem nas derrotas. A gestão atual não tem competência para salvar o Goiás. Hailé Pinheiro nunca quis seu filho no comando do Goiás, talvez por conhecê-lo e saber de sua incapacidade para o cargo.

É o momento para o Dr. Sérgio Rassi mostrar a cara, assim como Raimundo Queiroz, João Bosco Luz, Vagner Vilela, Dr. Cid de Oliveira e tantos outros para promoverem o fortalecimento da oposição, exigir mudanças no Estatuto e participar com uma chapa capaz de destituir o atual comando do clube da Serrinha e dar um novo rumo ao time goiano que até hoje melhor representou o futebol goiano no cenário nacional. O Goiás é somente uma sombra do que já foi em um passado recente. De um clube temido e respeitado, principalmente jogando no estádio Serra dourada, a um time que é goleado constantemente em seu próprio estádio, como já aconteceu várias vezes na temporada de 2026. O torcedor esmeraldino está de cabeça baixa, foi derrotado recentemente pelo maior rival sem oferecer resistência. Em tempos passados, o Goiás batia no Vila sem remorso, ao ponto de acumular

uma vantagem de quase 70 vitórias na história do confronto. Esse número está diminuindo, e, se continuar assim, o retrospecto vai se inverter.

O colégio eleitoral do Goiás foi estruturado ainda nos tempos de Hailé Pinheiro para não permitir a volta de dirigentes como Raimundo Queiroz e todos os outros que ousaram contrariar o “grande chefe”. Ainda é o modelo vigente, formado por pessoas ligadas à família Pinheiro, que votam em quem eles indicarem, não havendo espaço para a inscrição de chapas oposicionistas. É isso que precisa mudar, mas essa mudança não virá com a elegância do Dr. Sérgio Rassi, que propõe uma gestão compartilhada com todas as correntes existentes nos bastidores do Goiás, o que não vai acontecer. A mudança no modelo de gestão do Goiás só virá com a pressão da torcida, da imprensa e dos dirigentes oposicionistas, exigindo a abertura do colégio eleitoral, com a participação de um grande número de pessoas habilitadas ao voto. Atualmente, cerca de 400 Conselheiros podem votar nas eleições do Goiás. Desses, cerca de 250 estão adimplentes, habilitados ao voto. A grande maioria deles são fiéis eleitores de Paulo Rogério Pinheiro, ou de quem ele indicar. Isso precisa mudar.

## Roger Silva, a agradável surpresa do futebol goiano

Quando Adson Batista anunciou a contratação do desconhecido técnico Roger Silva, o sentimento da torcida e de parte da imprensa foi de total desconfiança. Esperava-se um nome do tamanho Atlético, não mais um aprendiz. Alguém à altura de Guto Ferreira, do Vila Nova. Roger Silva chegou com a responsabilidade de recuperar o Dragão, que até aquele momento fazia uma campanha muito ruim na série B e, ao mesmo tempo, provar

que estava em condições de levar o Atlético à elite do futebol brasileiro. Roger Silva surpreendeu, perdeu apenas uma partida no comando técnico do rubronegro e tirou o time da 13ª colocação, deixando o Dragão no G6, o grupo que vai disputar os playoffs para se conhecer os dois últimos classificados para a série A em 2027.

Apesar de estar momentaneamente atrás do Vila Nova, o Atlético pratica no momento o melhor futebol



**Roger Silva, excelente aproveitamento no comando técnico do Atlético Goianiense**

entre os clubes goianos na série B. Joga no mesmo nível tanto no Antônio Accioly e como visitante, em outros Estados, o que não ocorre com o Vila, que não vence fora de Goiânia. Com essa campanha regular, o Atlético pode conquistar uma vaga entre os dois primeiros colocados, deixando para o Colorado a missão de disputar outra vaga via playoff. O Goiás continua sendo o pior goiano na competição. Em crise financeira

e administrativa, o alviverde não se acerta em campo, tem o pior técnico entre os três participantes goianienses e deve permanecer na série B na próxima temporada, nada mais do que isso. Roger Silva chegou a ser contestado por Adson Batista no início de sua passagem pelo Atlético, mas logo se consolidou como a surpresa mais agradável do futebol goiano em 2026.

✓ O meia Chico Kim, do Mirassol, com passagem pelo Atlético Goianiense, teve números impressionantes no empate do Mirassol com o Vitória-BA. Chico Kim acertou 105 passes na partida e entrou para o top 5 do quesito no Brasileirão de 2026.

✓ Chuvas intensas desafiam os gramados do campeonato brasileiro da série A. Sequência de episódios de chuva forte no Sul e Sudeste, regiões com 85% dos clubes da Série A, aumenta a necessidade de manutenção e faz arenas estudarem mudanças na drenagem dos gramados.

✓ Em excesso, a água pode saturar o solo, reduzir sua capacidade de drenagem, diminuir a oxige-

nação das raízes da planta e comprometer a estabilidade do gramado. A grama fica mais fraca, a superfície do campo fica mais vulnerável ao pisoteio dos jogadores.

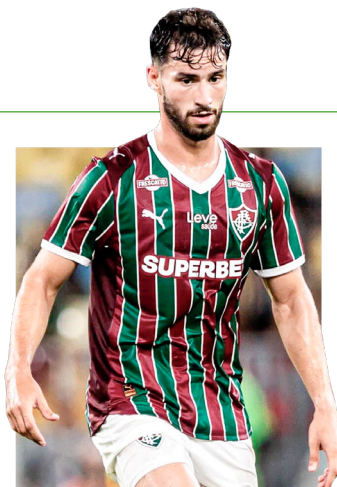
✓ O volante Martinelli, do Fluminense, foi convocado pelo técnico Carlo Ancelotti para os próximos amistosos da seleção brasileira, contra Austrália e Índia. Ele foi chamado para o lugar do atacante João Pedro, do Chelsea, que sofreu lesão e acabou cortado da lista.

✓ O técnico Guto Ferreira não sabe mais o que fazer para que o Vila consiga vencer fora de Goiânia. A última vitória do Tigre longe da capital

goiana foi em maio, em Londrina. São 124 dias sem vencer atuando em outros estados da Federação.

✓ O Vila é o melhor mandante da série B, se sente confortável no estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, mas longe de Goiânia, o time, que tem forte vocação ofensiva, não sabe atuar com precaução e se perde diante dos adversários.

✓ Um pitaco na política: o que deveria ser o grande comício de Ronaldo Caiado e Daniel Vilela no Setor Jardim Nova Era, em Aparecida de Goiânia, foi um evento recheado de candidatos e cabos eleitorais a serviço desses mesmos candidatos. A participação da comunidade local não foi relevante.



**Martinelli, do Fluminense, convocado para os próximos amistosos da seleção**